Parte II – Características e manifestações do modelo brasileiro:
algumas reflexões

**Vinte anos do PRONAF: o financiamento da agricultura
familiar no período recente e o desenvolvimento**

Luís Henrique Teixeira Franqui
Mirieli Carine Giordani

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FRANQUI, L.H.T., and GIORDANI, M.C. Vinte anos do PRONAF: o financiamento da agricultura familiar no período recente e o desenvolvimento. In: ROTTA, E., LOPES, H. C., and ROSSINI, N., eds. *O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI: aportes para o debate* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 337-355. ISBN: 978-85-64905-82-5. <https://doi.org/10.7476/9788564905832.0016>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

VINTE ANOS DO PRONAF: O FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO RECENTE E O DESENVOLVIMENTO

Luís Henrique Teixeira Franqui

Miriel Carine Giordani

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, chama atenção o fato de o Brasil ter mantido uma trajetória de crescimento na produção agropecuária. Como destaca Belik, “o produto interno bruto (PIB) setorial cresceu 3,9% ao ano (a.a.) contra 3,6% da economia no período 2000-2011” (2014, p. 329) e, para o autor, uma das hipóteses para este desempenho seria a transformação que vem ocorrendo no crédito rural.

Uma política agrícola, para ser viável, deverá ter o crédito rural como um dos seus elementos centrais. Crédito este que é usualmente empregado na obtenção de ganhos de produtividade, seja pela aquisição de insumos ou por investimentos em maquinários. E em relação à agricultura familiar não é diferente, pois “o acesso ao crédito permite o aumento da produção por meio do rendimento da terra e dos fatores de produção” (BELIK, 2014, p. 353).

Ao completar 20 anos, o crédito rural disponibilizado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), conforme dados divulgados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do

Desenvolvimento Agrário, transformou a realidade de mais de 2,6 milhões de unidades familiares de produção, gerou renda e potencializou o uso da mão de obra familiar. Esse crédito foi utilizado para “a ampliação da área plantada e a utilização de tecnologias que propiciaram o aumento da produção e da produtividade de mais de 55 alimentos consumidos pelos brasileiros. Também foi importante para a agregação de valor à produção, pelo apoio à industrialização dos produtos agropecuários dos empreendedores familiares individuais e das cooperativas da agricultura familiar, bem como para o turismo rural e a produção de artesanato” (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2016).

Como a agricultura familiar tem colaborado para o desempenho agropecuário nacional e, ao mesmo tempo, representa um setor econômico bastante significativo para a região Noroeste do Rio Grande do Sul, onde predomina o minifúndio, este texto pretende analisar o financiamento deste segmento no período recente, mais precisamente entre os anos de 2000 e 2011, com ênfase no Pronaf e sua perspectiva como instrumento para a emancipação do homem do campo, bem como sua colaboração para o efetivo desenvolvimento econômico e social dos pequenos produtores rurais, em regime de economia familiar. Inserido na agenda de políticas públicas, a partir da década de 90, o Programa também proporcionou uma mudança nos rumos do desenvolvimento rural brasileiro.

Inicialmente é apresentada a argumentação que justifica e contextualiza o tema foco deste estudo, bem como os procedimentos metodológicos propostos. Na sequência, a pesquisa focaliza a questão do crédito rural, com destaque para a implantação do Pronaf, seguindo-se uma análise do financiamento da agricultura familiar pelo programa e, por fim, a ligação entre esta política pública e o desenvolvimento social e econômico almejado. Finalizando o capítulo, algumas considerações são apresentadas.

2 CRÉDITO RURAL

Crédito, cujo vocábulo é de origem latina (*credere* = confiança), é um dos pilares da atividade empresarial, representando a confiança no cumprimento das transações, permitindo o desenvolvimento e a expansão de várias atividades econômicas desenvolvidas no mundo contemporâneo.

O crédito rural é definido, segundo o Decreto Federal nº 58.380, de 10 de maio de 1966, como um auxílio financeiro aos produtores rurais e/ou suas cooperativas, para destinação em atividades enquadradas no regulamento supramencionado.

Por sua vez, crédito rural é uma política pública agrícola que tem por objetivo o oferecimento de capital/recursos necessários para que o produtor adote medidas e viabilize o cultivo, a cultura ou a exploração pretendida no meio rural. No Brasil, teve seu início em 1937, quando os recursos eram ofertados tão somente àqueles produtores que planejavam seus produtos e mercadorias para exportação, momento em que foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e, posteriormente, o Crédito Rural Indistinto (utilizado até 1965), sem que tivesse dotação orçamentária federal, isto é, sem recursos que fossem destinados especificamente para o fortalecimento de determinado setor face à captação de recursos com caráter nacional (ALVES, 2009).

Após a promulgação da Lei Federal nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que criou o Banco Central do Brasil, o Conselho Monetário Nacional e a obrigatoriedade de depósito, de todos os bancos privados destinarem de seus depósitos em conta-corrente, o valor de 10% para o Banco do Brasil (títulos ou espécies) com o objetivo de alavancar os investimentos no setor financeiro do país, transcorreram grandes mudanças na política agrícola nacional.

Em 1968, criou-se o chamado Crédito Rural Orientado, passando o recurso a ser um modelo planejado, através de um caráter modernizador

da agricultura nacional, possibilitando o acesso de tecnologias pelos produtores e ampliando o mercado dos bens de consumo (ALVES, 2009).

No ano de 1986, os recursos foram limitados à disponibilidade da União e ocorreu a criação da Poupança Rural, onde os bancos oficiais ficaram autorizados a operar essa fonte de recursos, que 1988 se tornou a maior fonte para o crédito rural. No ano de 1991, o BNDES agregou sua participação no crédito rural por meio da Finame Rural, do Programa de Operações Conjuntas (POC) e do Programa de Operações Diretas. Em 1995/1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Também, em 1996, a criação do Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, possibilitou o reescalonamento do vencimento das operações e taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária (ANTÃO; CAMPANHOLLO, 2011).

Para Antão e Campanhollo (2011), o crédito rural tem como finalidades: estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais; favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores, notadamente considerados como pequenos e médios; incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo.

Com o avanço e aperfeiçoamento das relações negociais e do próprio crédito rural, também foi possível delimitar um espaço exclusivo da política agrícola para um determinado público: o produtor familiar. Segmento este que extrapola as tradicionais questões ligadas à eficiência e ao retorno lucrativo na produção da agropecuária nacional.

Nesse sentido, passa-se à análise da política pública instituída através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, sua implementação e objetivos, bem como sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social do país.

3 FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

A agricultura familiar pode apresentar várias definições ao se destacarem suas características sociais e produtivas. Esse segmento contempla uma grande diversidade social, cultural e econômica, variando desde o campesinato tradicional até a uma pequena produção modernizada (LUCICA; DEPANTI, 2015).

Em termos conceituais, Abramovay define:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (1997, p. 3).

A delimitação formal do conceito de agricultor familiar está prevista na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, denominada Lei da Agricultura Familiar, que considera:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

- II. utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

- III. tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

As concepções desenhadas para efetividade de financiamento público se diferem das concepções de agricultura familiar utilizadas pelos movimentos sociais e do conceito apresentado pela literatura como produção camponesa (BELIK, 2014).

É de se ressaltar que a atual legislação que regula a contribuição sindical rural – Decreto nº 1.166, de 15 de abril de 1971 – estabelece uma divisão entre agricultor familiar e agricultor patronal. No caso, o primeiro é definido como o sujeito “proprietário ou não, e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área superior a dois módulos rurais da respectiva região” (Art. 1º, II, b).

A agricultura familiar acaba decorrendo de uma concepção metodológica que permite retratar um determinado grupo ou tipo de agricultor e dirigir políticas voltadas para esse segmento que, como afirmado, difere totalmente da agricultura empresarial e capitalista.

Destarte todos os significados em relação à expressão agricultura familiar, questiona-se a existência de estratégias desenvolvidas pelo Estado com a finalidade de alavancar e fortalecer este setor.

Segundo inúmeros estudiosos¹, somente em meados da década de 1990, mais especificamente em 1996, com o surgimento do Pronaf, por intermédio do Decreto Federal nº 1.946, é que os produtores rurais puderam dispor de incentivo voltado para lhes favorecer de fato. O programa surgiu como resultado das reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e demais grupos sociais, que apontavam a necessidade e a importância de

1 A exemplo de Ricardo Abramovay (2006), Sandro Pereira Silva (2008), Alexandre P. Domingues (2007) e Gilson Alceu Bittencourt (2003).

se providenciar políticas públicas que propiciassem os meios necessários ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil (SILVA, 2011).

O programa surgiu num momento em que o “ênfoque da agricultura familiar está respaldado no papel que a agricultura deverá desempenhar no novo contexto de desenvolvimento humano em termos de geração de renda de forma desconcentrada” (ROSA, 1998, p. 90). Numa ideia de criar ocupações produtivas no campo, o Pronaf foi desenvolvido para garantir produtividade, qualidade, suficiência e diversificação voltada para a segurança alimentar.

Para Schneider (2010), a agricultura familiar sempre existiu; contudo, somente na metade da década de 1990 a noção se firmou e afirmou como uma categoria política. Assim, passou-se a estabelecer um instituto diferenciado, inclusive do agronegócio.

De acordo com Souza e Caume (2008, p. 14), “até meados da década 1990, o financiamento do pequeno produtor restringia-se quase exclusivamente aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA)”, com alcance bastante limitado, uma vez que atendia apenas aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária. As normas da época colocavam os pequenos produtores em desvantagem na disputa pelos recursos do crédito agrícola com a agropecuária empresarial, pois o enquadramento como miniprodutores (com área limitada a 50 hectares e renda determinada) não fazia distinção alguma no momento de pleitear financiamento rural, gerando discriminação no acesso às fontes de crédito oficiais.

O Pronaf foi criado com o objetivo de ser um canal diferenciado para o acesso ao crédito rural por parte dos pequenos produtores rurais, como consequência de pressões dos movimentos sociais rurais. Rosa (1998) lembra que:

[...] o Pronaf foi concebido a partir de uma proposta do governo brasileiro (Ministério da Agricultura/INCRA) feita em 1994, com

o apoio da CONTAG, incorporando, em seguida, as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO. Esta última contribuiu através da elaboração de uma nova estratégia para a agricultura brasileira, incluindo a construção de um conjunto de diretrizes para a agricultura familiar e a elaboração de uma avaliação dos custos dos assentamentos de reforma agrária e de diretrizes que aumentassem a eficiência do processo de reforma agrária (p. 89-90).

O Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, criou o Pronaf e estabeleceu que o acesso ao crédito teria que atender quatro requisitos básicos:

i) explorar a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; ii) trabalho familiar, permitindo-se a presença de no máximo dois empregados; iii) área correspondente a, no máximo, quatro módulos fiscais (derivado do Artigo 185 da CF/1988) e; iv) residir no imóvel ou nas proximidades e retirar ao menos 80% da renda desta exploração (BELIK, 2014, p. 350).

Conforme o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Pronaf tem como objetivo o apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se precipuamente à elevação da renda da família do produtor rural, através do aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção. E conta com linhas de financiamento, a exemplo do Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf ECO, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Jovem e Pronaf Microcrédito (Grupo “B”).

O Programa é uma alternativa de viabilização para implantação, ampliação e modernização da infraestrutura produtiva e social no meio rural, através da assistência financeira prestada aos pequenos produtores rurais. Objetiva também, como afirmam Antão e Campanholo (2011):

[...] construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da capacidade produtiva, com o consequente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida (p. 7).

Portanto, o Pronaf veio para satisfazer essas questões elencadas, trazendo para todo o território nacional um cenário de irradiação do micro-crédito, em especial para as atividades produtivas rurais.

Segundo o Governo Federal, as fontes de recursos direcionadas para o Pronaf são: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Orçamento Geral da União (OGU), bancos cooperativos, os fundos constitucionais e a exigibilidade bancária. O Tesouro Nacional aloca os recursos para a equalização dos juros (no financiamento do FAT), como para o financiamento direto aos favorecidos.

O sistema tem se aperfeiçoado nas últimas duas décadas para atender a realidades específicas e reconhecer outros tipos de atividades que possam ser enquadradas como agricultura familiar, como é o caso dos extrativistas, aquicultores e seringueiros. Recentemente, foi criado um documento unificado, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que identifica o agricultor familiar e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas e confere-lhes o direito a acessar políticas públicas, como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Biodiesel, entre outras. A DAP é para a Unidade Familiar, portanto, compreende:

[...] o conjunto da família nuclear (marido ou companheiro, esposa ou companheira e filhos) e eventuais agregados(as) que explorem o mesmo estabelecimento rural sob as mais variadas condições de posse, sob gestão estritamente familiar, incluídos os casos em que o estabelecimento seja explorado por indivíduos sem família (BRASIL, 2010).

Desde sua criação e implantação, houve um contínuo crescimento nos recursos alocados pelo programa. Levantamento de dados publicado Belik (2014) demonstra:

[...] um crescimento explosivo dos recursos do PRONAF. Em 2006, ocorreu um pico nos repasses para o PRONAF devido às condições conjunturais, mas ao analisar o período 2000-2011 (ponto a ponto), pode-se observar um crescimento de 84,6% no número de contratos e de 127,5% no volume de empréstimos (2014, p. 370).

No período 2000-2011, informações publicadas no *Anuário do Crédito Rural*, do Banco Central do Brasil atestam o avanço do Pronaf na referida década. O volume de crédito, destinado a custeio e investimento, passou de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 13,3 bilhões entre 2000 e 2011, enquanto o número de contratos saltou de 834 mil para um milhão 539 mil, o que significa um crescimento no período de 84,6% (BELIK, 2014). Um dado que tem chamado a atenção dos pesquisadores é que a expansão no número de contratos tem como base a modalidade investimento, tanto na agricultura como na pecuária.

Se o Pronaf significou um salto de qualidade na política oficial de crédito rural, certo é que o programa não está imune a problemas. Algumas situações problemáticas são verdadeiros desafios a serem superados, como a inexistência de uma maior integração entre os organismos públicos e as organizações da agricultura familiar, pouca atenção às grandes diferenças regionais, escassa discussão e integração com as políticas que visem maximizar benefícios e minimizar impactos negativos das gestões paralelas em políticas agrícolas, entre outros (ROSA, 1998).

Ilustração 1 – Variações na destinação de recursos no período entre 2000 e 2011 (em R\$)

Fonte: BELIK, 2014, p. 358.

Em relação às acentuadas diferenças regionais, em 1996 a região Sul concentrava 78,2% do crédito disponibilizado pelo Pronaf, contra 12% do Sudeste e apenas 6,6% do Nordeste, região com um número de estabelecimentos da agricultura familiar bem mais significativo. A preferência do sistema bancário por agropecuaristas mais capitalizados e mais mobilizados explicaria esta expressiva participação da região Sul na captação do crédito. Houve alguma variação nesses índices nos anos seguintes até que, em 2011, a região Sul aparece com 51,2%, a Sudeste com 23% e a Nordeste consegue abocanhar 12,6% dos recursos. No Gráfico 1, com dados do *Anuário do Crédito Rural*, é possível verificar essas variações no período entre 2000 e 2011 (BELIK, 2014).

A criação do Pronaf é, sem dúvida, um avanço no direcionamento das políticas públicas voltadas para o segmento da agricultura familiar, a qual possui fundamental importância para a economia brasileira. O país deu um relevante passo ao delimitar um sistema de crédito para a agricultura

familiar. Com essa intenção, foi possível reconhecer que a agricultura familiar não é uma agricultura de pequena escala e que o estímulo à geração de renda pelo agricultor por sua produtividade reflete na economia nacional, no desenvolvimento e no bem-estar do povo.

5 O PRONAF E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

No Censo Agropecuário, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos do país. “Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros” (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). Esses dados demonstram uma estrutura agrária ainda muito concentrada no Brasil, pois os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, correspondiam a 75,7% da área total. Somente para exemplificar esse contraste, enquanto a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, a dos não familiares chegava a 309,18 hectares.

Apesar desse contraste em relação à chamada agricultura convencional, a agricultura familiar ocupa seu lugar na economia nacional, sendo responsável por mais de 70%² da produção dos alimentos consumidos pelos brasileiros. E, apesar de relegada por muitos anos, atualmente vem sendo analisada como fator/segmento que necessita de apoio para modernização e rentabilidade da produção agrícola. E uma agropecuária rentável e eficiente está entre os requisitos para cogitar-se o desenvolvimento social, pois de acordo com o nível de renda das famílias rurais dependerá a satisfação das necessidades que proporcionem melhores condições de vida.

2 Dado do Censo da Agricultura Familiar no Brasil, que está disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>

Esse segmento “contribui para regular e reduzir os preços dos alimentos e matérias-primas agropecuárias e, com isso, ajuda a controlar a inflação e aumentar a competitividade industrial, já que reduz os custos dos alimentos dos trabalhadores” (2010, s.p.). Algumas especificidades da agricultura familiar também a qualificam a dar contribuições singulares no campo ambiental, a exemplo da “adoção de sistemas produtivos energeticamente mais eficientes, usando menos energia fóssil e mais energia renovável” (TESTA, 2010, s.p.).

Interessante a constatação de que a relação produção/crédito é mais vantajosa na agricultura familiar, significando, grosso modo, maior retorno aos valores investidos através do financiamento, pois:

[...] para cada R\$ 1.000,00 gerados no segmento familiar, foram utilizados cerca de R\$ 132,00 de crédito, ao passo que o segmento não familiar financiou cerca de R\$ 490,00, quase a metade do valor produzido, o equivalente a 3,71 vezes o volume de crédito por valor produzido na agricultura familiar (em 2006) (SOUZA et al., 2001, p. 122).

Proporcionar melhor qualidade de vida aos agricultores familiares envolve o acesso a vários itens, como habitação, saúde, educação, vestuário, alimentação adequada, etc. Para isso acontecer, não basta proporcionar capacitação das famílias em relação a regras de economia doméstica, mas é fundamental que haja também o aumento da renda, pois sem recursos financeiros adicionais fica impossível de promover-se o desenvolvimento social na agricultura familiar.

Apenas com uma agropecuária rentável – e por isso mesmo eficiente – será possível falar em desenvolvimento social. De acordo com o nível de renda das famílias rurais, dependerá a satisfação das necessidades que proporcionem uma melhor condição de vida.

Dados divulgados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário informam que:

[...] em vinte anos, o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) transformou a realidade de mais de 2,6 milhões de unidades familiares de produção, gerou renda e potencializou o uso da mão de obra familiar. O crédito foi utilizado para a ampliação da área plantada e a utilização de tecnologias que propiciaram o aumento da produção e da produtividade de mais de 55 alimentos consumidos pelos brasileiros. Também foi importante para a agregação de valor à produção, pelo apoio à industrialização dos produtos agropecuários dos empreendedores familiares individuais e das cooperativas da agricultura familiar, bem como para o turismo rural e a produção de artesanato (2016).

A agricultura familiar mantém cerca de 12 milhões de pessoas economicamente ativas no campo, produzindo, gerando renda, interiorizando o desenvolvimento e alimentando os brasileiros. O Programa consolidou-se como uma política de crédito presente em 4.963 municípios rurais brasileiros de todas as regiões. Em duas décadas, “foram aplicados R\$ 156 bilhões em 26,7 milhões de contratos, nas diferentes modalidades, para diferentes tipos de agricultores familiares” (2016). De acordo com os dados oficiais, 30% dos contratos são feitos por mulheres agricultoras e 17% por jovens.

O Relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), divulgado neste ano, realçou o Pronaf entre as principais medidas em favor da agricultura familiar. O documento destaca que:

[...] as operações são apoiadas por outros programas, como o de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, que proporciona descontos em contratos de crédito para compensar quedas na renda devido a reduções nos preços dos produtos; o Seguro da Agricultura Familiar, que cobre as despesas e a renda dos agricultores familiares quando fenômenos climáticos provocam perdas da produção agrícola; e os programas de acesso aos mercados públicos como os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (PNAE) (2016).

Evidencia-se que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, enquanto política pública de desenvolvimento rural, tem

sido um instrumento extremamente importante para que alguns objetivos sejam atingidos pelo poder público, como a manutenção das famílias rurais, evitando assim o êxodo rural, e o aumento da produtividade na agricultura familiar, gerando mais renda e, também, contribuindo para a elevação da qualidade de vida. Dessa forma, o Pronaf vai ao encontro do previsto no artigo 1º de seu Decreto, que é “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda” (BRASIL, 1996).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crédito rural passou, ao longo das últimas décadas, por profundas alterações e aperfeiçoamentos. Especificamente na agricultura familiar não foi diferente. Mas apesar de toda transformação, é inegável que o país avançou enormemente ao criar um sistema de crédito adaptado às vicissitudes da agricultura familiar, com a implantação do Pronaf, em 1996.

Embora sejam diversas as concepções em relação à agricultura familiar, inclusive com a necessidade de reconhecimento como uma categoria política, o financiamento do pequeno produtor rural, através do Pronaf, ganhou impulso para implantação, ampliação e modernização de toda a estrutura produtiva, contribuindo sobremaneira para o aumento da geração de renda e emprego no campo, vindo a satisfazer diversas demandas do setor.

Com o aperfeiçoamento ocorrido ao longo das duas décadas de existência, o Pronaf passou a ser referência de crédito rural para a agricultura familiar, tanto para custeio como para investimento. No período entre 2000 e 2011, o volume de crédito contratado saltou de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 13,3 bilhões, enquanto os contratos formalizados passaram de 834 mil para um milhão, 539 mil.

Como a agricultura familiar representa importante estratégia de desenvolvimento para o segmento produtivo agropecuário nacional, segue sendo um setor sensível que necessita de constante apoio para sua modernização e incremento na sua rentabilidade. Nesse cenário, o Pronaf consolida-se como ferramenta de política pública apta a contribuir para a melhoria na qualidade de vida dos pequenos produtores rurais, contribuindo para a permanência do agricultor em sua atividade e, por via reflexa, evitando o êxodo rural.

Para que o Programa siga cumprindo seus objetivos, é recomendável a adoção de políticas públicas voltadas à agricultura familiar que corrijam as anomalias observadas na distribuição do crédito rural, tanto em termos regionais, quanto entre as diversas modalidades produtivas. Recursos para comercialização, investimentos e manutenção da moradia são essenciais para a preservação da unidade familiar e, para isso, a distribuição do crédito deve buscar um reequilíbrio por parte dos gestores. E deve-se continuar buscando uma diferenciação ainda maior nas taxas de juros, rebates e outras garantias aos agricultores familiares (BELIK, 2014).

Apesar dos problemas que um programa dessa amplitude possa apresentar, e pelo fato de o Brasil ser um país imenso e com muitas desigualdades, o Pronaf necessita de constante aperfeiçoamento e aporte volumoso de recursos por parte do poder público. Sendo um dos mais eficazes meios de financiamento da agricultura familiar, que mantém cerca de 12 milhões de pessoas economicamente ativas no campo, o Programa tem todas as condições de contribuir ainda mais para o desenvolvimento econômico e social desse setor.

Por fim, forçoso reconhecer que apenas focar na questão do crédito rural não fará com que sejam atingidos os desenvolvimentos social e econômico almejados. Isso se dará com outras políticas públicas, como assistência técnica adequada, programas de seguro rural, adequação da indústria às necessidades do setor e um sistema de comercialização que atenda às características peculiares da agricultura familiar, entre outras medidas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Anais...** Brasília, DF, 1997.

ALVES, C. **A importância do crédito para o desenvolvimento econômico e social**. [S.l.]: Webartigos, 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-credito-para-o-desenvolvimento-economico-e-social/27633/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

ANTÃO, R. A. de S.; CAMPANHOLO, T. O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 3, n. 5, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo03.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BELIK, W. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. In: CALIXTRE, B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Ed.) **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

BRASIL. **Portaria nº 17, de 23 de março de 2010**. Dispõe sobre o regulamento e as condições para realização das operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em especial no que se refere à identificação do agricultor familiar, resolve estabelecer condições e procedimentos para emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Decreto Federal nº 58.380, de 10 de maio de 1966**. Aprova o regulamento da lei que institucionaliza o crédito rural. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Decreto Federal nº 1.166, de 15 de abril de 1971**. Dispõe sobre o enquadramento e contribuição sindical rural. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. **Decreto Federal nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 maio 2016.

_____. **Lei Federal nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Pronaf: 20 anos de apoio aos agricultores familiares.** Notícias, 24 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CARDOSO, J. L. Crédito rural no contexto do desenvolvimento. **Perspectivas,** São Paulo, n. 6, p. 109-114, 1983.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** 1997. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/106>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

COELHO, F. U. **Curso de direito comercial.** vol. I, 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LUCCA, E. J.; DEPANTI, C. M. A tecnologia e a diversificação como ferramenta de apoio ao desenvolvimento agrícola. In: Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13422/2589>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ROSA, S. L. C. Os desafios do PRONAF: os limites de sua implementação. **Raízes,** ano XVII, n. 17, p. 89-95, jun. 1998. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_133.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SARON, F. de A.; HESPAHOL, A. N. **O Pronaf e as políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar.** Geo UERJ – 14, n 23, v. 2, p. 656-683, 2012.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de economia política,** v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento

territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no território Médio. Jequitinhonha-MG: IPEA, 2012.

SOUZA, C. B. de; CAUME, D. J. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 56., Rio Branco. **Palestra**. Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/882.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SOUZA, M. et al. Agricultura familiar versus agricultura não familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. **Revista econômica do Nordeste**, v. 42, n. 1, p. 105-124, jan./mar. 2011.

TESTA, V. M. Importância da Agricultura Familiar. **Jornal Dia de Campo**, [S.l], 08 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=20915&secao=Colunas%20e%20Artigos>>. Acesso em: 24 jun. 2016.